

Carta enviada às empresas interessadas na aquisição do capital social público da EGF

Privatização da EGF- Empresa Geral de Fomento, S.A., Setor do Serviço Público de Resíduos Urbanos. POSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS ACIONISTAS DA AMARSUL.

Municípios da Região de Setúbal, na qualidade de acionistas da AMARSUL, S.A., mas também de seus clientes e fornecedores da matéria-prima que a sustenta, considerando que lhes é hostil o processo em curso, promovido pelo Governo, de privatização da EGF - Empresa Geral de Fomento S.A., o seu atual acionista com capitais públicos maioritários, entenderam expressar a sua posição às empresas que já manifestaram e formalizaram o seu interesse na privatização da EGF.

Consideramos que o processo de privatização da EGF e as medidas legislativas criadas com o único propósito de lhe dar suporte, são adversos aos objetivos de serviço público dos Municípios acionistas da AMARSUL, que os repudiam, pois constituem um grave desrespeito pelos seus direitos e pelo não cumprimento das condições e dos pressupostos que, desde 1997, levaram estes Municípios a aceitar integrar a AMARSUL, com capitais exclusivamente públicos, partilhando uma parte das suas responsabilidades e competências no tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos, em parceria com o Estado Português, através da EGF.

A privatização da EGF está a ser desenvolvida sem o acordo dos Municípios acionistas da AMARSUL, afastando-os totalmente da atual participação e intervenção que hoje detêm nos Órgãos Sociais que garantem a gestão direta da AMARSUL e que, assim, também sujeitam esta empresa ao cumprimento e ao julgamento do mandato democrático das populações que representam.

A privatização da EGF transformaria, assim, a prestação do atual serviço público num negócio de uma empresa privada, com objetivos totalmente distintos.

Consideramos que não será através da criação de um pretense Conselho Consultivo previsto nos novos estatutos da AMARSUL publicados à revelia e com o repúdio dos próprios Municípios acionistas, que se conseguirá suprir a necessidade da intervenção dos Municípios na gestão pública direta do serviço de resíduos sólidos.

Então como agora, os Municípios acionistas da AMARSUL confirmam que não abdicam do cumprimento dessas condições e pressupostos, que têm sido necessários e determinantes para garantir o cumprimento de objetivos, da qualidade do serviço público e do funcionamento regular da AMARSUL, empresa que se sustenta económica e financeiramente, como é reconhecido pelo próprio regulador público, a ERSAR.

Os Municípios acionistas da AMARSUL, subscritores desta missiva, reafirmam que continuarão na sua determinação de impedir a privatização da EGF, que lhes é hostil, recorrendo a todos os meios judiciais e políticos ao seu dispor, aos órgãos de soberania competentes e à denúncia junto das populações que legitimamente representam, na defesa intransigente da manutenção do serviço público de resíduos sólidos e da AMARSUL com capitais exclusivamente públicos, certos de que, assim, também consideram estar a defender o interesse nacional.

Enquanto acionistas da AMARSUL, considerarão, ainda, alternativas que garantam a manutenção do serviço público de resíduos sólidos urbanos na esfera do poder público, considerando mesmo o abandono do atual sistema.

Neste sentido, os Municípios acionistas da AMARSUL, subscritores desta missiva, entendem transmitir as suas posições, de modo formal e inequívoco, às empresas interessadas na aquisição do capital social público da EGF, para que as possam ter em conta nas decisões que vierem a tomar sobre este processo de privatização em curso, bem como das consequências que daí resultarem.

Subscvem esta carta os seguintes Municípios acionistas da AMARSUL: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.